



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º 175 /2023 - “DAF/SAAM”

-----**JOAO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO RIBEIRO NARCISO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA**-----

-----**FAZ PÚBLICO**, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária realizada no dia 24 de novembro de 2023, realizada no Auditório Conde de Ferreira, em Sesimbra, tomou as seguintes deliberações:-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**Aprovou por maioria, com 15 votos a favor (10 CDU, 2 CHEGA, 1 PSD, 1 BE e 1 MSU) e 8 abstenções do PS, a Moção subordinada ao tema “Pela defesa do SNS” que se passa a transcrever: ---**

----- *“O Serviço Nacional de Saúde (SNS) emanou de Abril num momento em que o País saía de uma vida difícil de sujeição e de escuridão, cuja maioria da população não conhecia, nem sequer sabia, o que eram cuidados médicos regulares. Num contexto político fortemente influenciado pela Revolução de Abril, a criação do SNS transformou as “Caixas”, os dispensários materno-infantis e os hospitais das Misericórdias, num serviço integrado, global e para todos.*-----

-----*A Constituição da República Portuguesa de 1976, em sintonia, aliás, com o espírito daquela madrugada de Abril, não só consagrou o direito à saúde para todos os portugueses, como incluiu este direito no elenco dos direitos fundamentais, determinando o seu acesso universal e gratuito, permitindo, assim, um avanço sem precedentes no País em matéria de cuidados de saúde. No entanto, com a revisão constitucional de 1989, a natureza gratuita do Serviço Nacional de Saúde deu lugar à expressão «tendencialmente gratuito.*-----

-----*Ao longo dos anos, as políticas dos sucessivos Governos para a área da Saúde foram marcadas por um forte e contínuo desinvestimento orçamental, que levou ao encerramento de serviços e de especialidades hospitalares, de extensões e de unidades de cuidados primários de saúde, aumentando as desigualdades sociais no acesso e na utilização de cuidados de saúde.*-----

-----*Também a redução do número de profissionais, o recurso aos contratos de prestação de serviços de médicos, enfermeiros, e outros técnicos de saúde e a sua contratação através de empresas de trabalho temporário, contribuem para a degradação do SNS. O número de profissionais de saúde no SNS continua a ser manifestamente insuficiente, apesar das recentes contratações de médicos e enfermeiros.*-----

-----*Se é verdade que foram já tomadas algumas medidas, como a reposição de várias isenções, as reduções dos valores das taxas moderadoras, e a aprovação da Lei de Bases da Saúde, também é verdade que estas medidas são ainda insuficientes, sendo que se torna cada vez mais indispensável proceder a uma aproximação aos preceitos constitucionais que elevaram o direito à proteção da saúde como um direito fundamental.*-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Enquanto o Governo não cumpre as suas responsabilidades, as autarquias continuam a substituir-se ao Estado na construção de centros de saúde , entre outros equipamentos imprescindíveis para as suas populações, como é o caso da Câmara Municipal de Sesimbra com a construção do novo Centro de Saúde de Sesimbra e com a disponibilidade para a construção de um novo centro de saúde para a Quinta do Conde, freguesia onde existem cerca de seis mil (6000) utentes sem médico de família, que somando aos utentes da freguesia do Castelo perfaz um numero de cerca de 11 mil pessoas sem medico de família no concelho de Sesimbra. -----

-----Por último, também as lutas das populações, das comissões de utentes e dos profissionais de saúde em defesa do SNS, contra o encerramento de centros de saúde, maternidades e hospitais, pela colocação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, que respondam às reais necessidades das populações, tem sido uma realidade constante do dia a dia do nosso país. -----

-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Sesimbra delibera: -----

-----1. Saudar as lutas dos profissionais da área da Saúde, pela dignificação das suas profissões, em defesa do SNS e das populações que a ele recorrem; -----

-----2. Saudar as lutas das populações na defesa do direito constitucional à proteção na Saúde; -----

-----3. Exigir ao Governo a construção do novo Hospital do Seixal de forma a dar uma resposta adequada á população do concelho de Sesimbra. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Primeiro-ministro; Ministro da Saúde; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ordem dos Médicos; Ordem dos Enfermeiros; Associações sindicais dos profissionais de saúde; Comunicação social local e regional.” -----

-----Aprovou por unanimidade, com a concordância da Deputada Municipal proponente, baixar à Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, a Moção sob o tema “Intervenção urgente na EN10 junto ao Parque da Vila”. -----

-----Aprovou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão de Desenvolvimento Económico, a Recomendação para ajudar a suprir a falta de mão de obra na Atividade da Pesca no Concelho de Sesimbra”. -----

-----Rejeitou por maioria, com 8 votos a favor do PS, 13 votos contra (10 CDU, 1 da Deputada Madalena Serra do CHEGA, 1 PSD e 1 MSU), e 2 abstenções (1 da Deputada Silvia Montanha do CHEGA e 1 BE), a Recomendação - Pelo Reforço dos Mecanismos de Divulgação, Aconselhamento e Acesso às Medidas de Apoio à Economia das Famílias. -----

-----Os Grupos Municipais da CDU e do PSD prestaram Declarações de Voto. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS**-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Neste período interveio o Cidadão João Manuel Marques sobre a pavimentação da Avenida das Acácias na Lagoa de Albufeira (AUGI 2).-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, assim como o Vereador Miguel Fernandes, prestaram os devidos esclarecimentos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

-----**Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024 – Fixação**-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 CHEGA, 1 PSD, e 1 MSU) e 1 abstenção do BE, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2024. -----

-----**2º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

-----**Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar no ano 2023 a cobrar em 2024**-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), por maioria, com 21 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 1 da Deputada Madalena Serra do CHEGA, 1 PSD e 1 MSU), e 2 abstenções (1 da Deputada Sílvia Montanha do CHEGA e 1 BE) fixar, em 0,4%, da taxa relativa a prédios urbanos prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, relativa ao ano e 2023 a cobrar no ano de 2024.

-----**Os Grupos Municipais do PSD e do BE, e a Deputada Sílvia Montanha do CHEGA, manifestaram intenção de enviar oportunamente as Declarações de Voto.**-----

-----**3º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

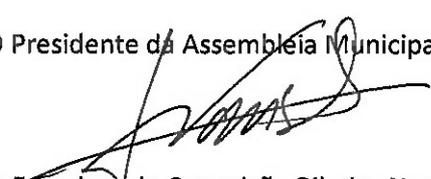
-----**Projeto “Somos Assembleia” – Deliberação**-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, deliberou, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar, por unanimidade, a Ficha de Projeto “Somos Assembleia”.-----

-----Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----

Sesimbra, 27 de novembro de 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal,


Joao Francisco da Conceição Ribeiro Narciso.